

# A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura

*Culture as Urbanism, or the Territorial Dimension of Culture*

Daniela Sandler\*

\*Daniela Sandler leciona história da arquitetura na Universidade de Minnesota. Seu livro *Counterpreservation: Architectural Decay in Berlin since 1989* (Cornell University Press, 2016) analisa decrepitude, memória e gentrificação em Berlim. Suas outras publicações, em livros e revistas científicas como *Third Text* e *Social Identities*, abordam espaço público e cultura em São Paulo, memoriais na Alemanha, modernismo brasileiro, e habitação social em São Paulo, entre outros.

## Resumo

Este artigo desenvolve o conceito de “dimensão territorial da cultura” (proposto por Raquel Rolnik) no contexto dos novos urbanismos de base de São Paulo, em especial nas periferias da cidade. O argumento central é o valor da cultura como elemento integral ao urbanismo, e não como área separada de aporte ocasional. O artigo examina o uso da cultura na construção de espaços públicos periféricos, definidos não por seus aspectos formais mas por sustentarem uma esfera pública diversa e inclusiva. A cultura é entendida como urbanismo por servir tanto à compreensão crítica de processos de urbanização, quanto à intervenção prática nesses processos. O artigo também sugere uma ampliação das premissas epistemológicas do urbanismo para incluir práticas e saberes de comunidades e grupos diversos, não necessariamente reconhecidos por instituições educacionais e profissionais oficiais. Uma tal visão ampliada tem o potencial de gerar um urbanismo mais democrático, participativo e eficiente, e uma cidade mais justa e humana.

**Palavras-chave:** Ativismos urbanos. Periferia. São Paulo. Epistemologia. Espaço público.

## Abstract

This article develops the idea of a “territorial dimension of culture” (proposed by Raquel Rolnik) in the context of contemporary grassroots urbanism in São Paulo, in particular in the peripheries of the city. The central argument of the article is the value of culture as an integral element in urbanism, and not as a separate area that is occasionally brought to bear on it. The article examines the use of culture in the construction of public spaces in the periphery—spaces defined not by their formal aspects, but for sustaining a diverse and inclusive public sphere. Culture is understood as urbanism both because it helps in critically understanding urbanization processes, and also because it aids in intervening in these processes concretely. The article also suggests a broadening of the epistemological assumptions of urbanism, so as to include practices and bodies of knowledge by diverse communities and groups, which are not necessarily recognized by official educational and professional institutions. Such a broadened vision has the potential to generate a more democratic, participatory and efficient urbanism, and a more just and humane city.

**Keywords:** Urban activism. Periphery. São Paulo. Epistemology. Public space.

## Introdução

**E**m um texto curto porém intrigante, publicado em seu blog na ocasião do lançamento da Lei de Fomento à Periferia de São Paulo, a urbanista Raquel Rolnik propõe que consideremos a “dimensão territorial da cultura” como uma variável importante no planejamento e desenho urbanos (2016). Rolnik parece falar de algo novo, diferente da nossa noção familiar de que há conexões entre cultura e território. Ela aponta não apenas para as intersecções entre território e cultura, mas principalmente para a dimensão onde ambos se fundem. Neste artigo, eu uso a terminologia evocativa de Rolnik – a “dimensão territorial da cultura” – como ponto de partida para meu argumento. Aqui, exploro o termo tanto como proposição conceitual quanto como dado empírico, fruto de minha pesquisa em andamento sobre urbanismos de base em São Paulo.

Juntar cultura e território na mesma investigação pode não soar muito original à primeira

vista. Afinal, muitas disciplinas que estudam o território também veem a cultura como fator importante na produção e compreensão do espaço construído: de programas de preservação do patrimônio que consideram práticas culturais e patrimônio imaterial como elementos essenciais à preservação histórica; a planos de urbanismo que contemplam a cultura como importante função urbana; a arquitetos que pensam na cultura ao projetar edifícios. Ao mesmo tempo, disciplinas no campo cultural também abarcam o território: estudos literários, de cinema e comunicações, a história da arte, estudos culturais e visuais consideram o espaço como fator na produção artística, não apenas como cenário mas também como tema, figura de linguagem, inspiração e contexto. Esta atenção ao território, vinda de disciplinas de arte e cultura, é chamada de “virada espacial” ou “spatial turn” (NIEUWENHUIS E CROUCH, 2017; WARF E ARIAS, 2009, entre outros).

Os exemplos acima tratam de como a cultura influencia o espaço, ou de como o espaço influencia a cultura. Mas a dimensão territorial da cultura é diferente. Não é uma interface onde cultura e território se encontram como entidades separadas e “conversam”. Trata-se de uma dimensão (temporal, espacial, conceitual) onde a cultura adquire propriedades espaciais e vice-versa. A cultura deixa de ser um fator externo que pode afetar o urbanismo, e passa a ser uma força integral à formação do espaço urbano. A cultura torna-se constitutiva do, e constituída pelo, território; os dois são, portanto, inseparáveis. Esta discussão talvez soe um pouco abstrata (o que é apropriado, já que as ramificações teóricas do tema são importantes), mas meu argumento é derivado de achados empíricos.

A minha visão da dimensão territorial da cultura é baseada na minha pesquisa sobre urbanismos de base em São Paulo nas duas últimas décadas, onde tenho verificado o poder da cultura como formadora de espaços e consciências urbanas. Ato culturais produzem e transformam o uso, forma e significado do ambiente construído. Reconhecer este fato tem repercussões políticas e epistemológicas, pois implica reconhecer simultaneamente as contribuições de grupos e indivíduos tradicionalmente excluídos das definições profissionais e acadêmicas de “urbanismo”. Esses grupos e indivíduos encontram-se fora de estruturas disciplinares convencionais, e trazem consigo métodos e temas aparentemente alheios

às técnicas e parâmetros do planejamento e do desenho urbano, tais como: cultura, raça, gênero, identidade sexual, arte, literatura e performance, entre outros. Pretendo demonstrar que esses métodos e temas são na verdade essenciais para uma produção mais democrática e igualitária do espaço urbano contemporâneo.

Reconhecer a importância desses elementos para o planejamento, produção, transformação, gestão e uso da cidade também significa ampliar o rol dos discursos “autorizados” a participar de processos de política e construção urbanas. Aqui, baseio-me no trabalho de Marilena Chauí sobre o que ela chama de “discurso competente” (1981). Para Chauí, a ideia de um suposto discurso competente serve à exclusão e dominação sócio-políticas de determinados grupos. O discurso competente, legitimado por um positivismo científico e tecnocrático e movido por interesses de classe, determina um pequeno círculo de vozes autorizadas a emitir opiniões sobre campos como a política, economia, cultura e tecnologia, ao mesmo tempo em que impede outras vozes de participar em debates e processos decisórios nesses e outros campos. A crítica ao discurso competente ilumina o potencial dos urbanismos de base de contribuir não apenas para a melhora de espaços específicos na cidade, como também para ampliar e democratizar o campo profissional e teórico do urbanismo como um todo.

Os ativistas que praticam a dimensão territorial da cultura, na maior parte das vezes, não são

profissionais do ramo do planejamento ou projeto. A maioria não se formou em faculdades de arquitetura e urbanismo, não tem credenciamento profissional na área, e também não trabalha em órgãos públicos ou escritórios privados de urbanismo. A despeito disso, minha pesquisa indica que as práticas, ideias, valores, métodos e objetivos desses ativistas constituem um campo de conhecimento heterogêneo que deve ser levado a sério, e sem hierarquias, pelos “discursos competentes” do planejamento e desenho urbano. A cultura é uma entre as muitas contribuições possíveis que os urbanismos de base podem oferecer na construção de uma cidade mais justa e inclusiva. Esta é uma reverberação epistemológica do meu trabalho, pois demanda não apenas a expansão do status quo disciplinar do urbanismo, como a sua revisão e questionamento críticos.

Há, é claro, muitos profissionais do setor público, privado e não-governamental que trabalham em áreas como programação cultural, educação e eventos. Mas suas atividades – embora muito importantes e cruciais à inclusão social e urbana – reiteram, na maior parte dos casos, a divisão entre território e cultura que mencionei anteriormente. Já os ativistas urbanos fundem cultura e território, usando a cultura para transformar o espaço urbano, sem se restringir a jurisdições e delimitações profissionais estabelecidas. Os ativistas lidam com a cultura como um elemento integral ao planejamento e desenho urbanos, e não como uma disciplina anexa ou contígua (pois a contiguidade,

ainda que sugira proximidade, também implica separação em entidades distintas).

É necessário esclarecer o histórico de minha investigação. A dimensão territorial da cultura não foi uma premissa inicial ou a priori do meu projeto; quando comecei a olhar para o espaço urbano e ativismos informais, nem mesmo assumi que eu necessariamente iria englobar a cultura como tema. Eu comecei tentando abordar os urbanismos de base em São Paulo da forma mais ampla possível, evitando restringir o foco a certas áreas, temas ou posições críticas pré-definidas. Foi por meio de minha pesquisa, ao alargar meu universo e incluir a cidade inteira como campo de estudo, ao visitar iniciativas urbanas locais e entrevistar ativistas, que me deparei com a ação cultural como urbanismo em si. Ao prosseguir com minha pesquisa, minhas hipóteses e ideias preliminares foram se abrindo a novas perspectivas surgidas no encontro e diálogo com ativistas, e foi essa transformação que me levou a repensar minha metodologia e minhas hipóteses sobre o que constitui urbanismo (de base ou não).

Eu já vinha me debruçando sobre o tema da ocupação informal do espaço urbano como força transformadora da cidade desde os anos 2000, quando tais manifestações eram mais esporádicas e também mais aparentadas ao formato de demonstrações e passeatas (formato este que não é novo) (SANDLER, 2007). Acompanhei o desenvolvimento de movimentos sociais no início

da década, como o Fórum Centro Vivo, e, mais adiante, o surgimento de um tipo diferente de expressão e organização no espaço público, simbolizado pelo ato-performance *Traga Sua Luz*, auto-definido como “ação coletiva,” em 2008. A palavra “coletivo” gradualmente foi de adjetivo a substantivo, com a proliferação de “coletivos” dos mais variados naipes a partir da década de 2010 (que fique claro que os coletivos não surgiram em 2010; tanto a ideia de coletivos artísticos ou sociais quanto exemplos de coletivos paulistanos específicos já existiam antes, e o que ocorre a partir de 2010 é um aumento em seu número e proeminência). Em 2013, notoriamente, as Jornadas de Junho catalisaram uma maré crescente de urbanismos de base; ao mesmo tempo, as Jornadas chamaram a atenção de um público mais amplo para esses urbanismos, não mais restritos ao universo dos ativistas. Com as Jornadas, tanto passeatas como urbanismos de base viraram temas centrais nas mídias tradicionais e sociais, e também nos meios acadêmicos, em um número cada vez maior de teses, palestras e publicações (FRIENDLY, 2017; SCHERER-WARREN, 2014; ESCOLA DE ATIVISMO, 2015; BURATTO, 2016; HOLSTON, 2014; CALDEIRA, 2015; entre outros).

As Jornadas de Junho, e em particular os debates e conversas tanto em plataformas oficiais como informais, me chamaram a atenção por dois motivos: primeiro, pela animação e entusiasmo de pesquisadores e ativistas, tomados pela

sensação de que algo fundamentalmente novo (em qualidade e quantidade) estava acontecendo na cidade. E, ao mesmo tempo, notei algumas críticas recorrentes vindas de uma parte do meio acadêmico, críticas que consideram a proliferação de ativismos urbanos de base problemática por se concentrar no centro de São Paulo, em áreas já privilegiadas com recursos sócio-econômicos, capital cultural e infraestrutura urbana. O argumento desses críticos era que os novos ativismos não apenas ignoravam os problemas seríssimos das periferias, mas acabavam por servir como cúmplices (ainda que inadvertidamente) em processos de gentrificação e discriminação social, ao mesmo tempo adotando um discurso benevolente de “espaço público para todos”. Guilherme Wisnik, que, em suas atividades acadêmicas e curatoriais apoiou muitos desses novos ativismos urbanos, descreve esses debates como tensos:

(...) foi criada uma situação aguda no momento em que se acusou de elitistas movimentos como o Parque Augusta, A Batata Precisa de Você, ou as várias correntes que debatem em São Paulo a transformação do Minhocão em parque. Pois seriam, todos esses, movimentos de classe média intelectualizada que se preocupa apenas (ou prioritariamente) com as áreas centrais da cidade, e não com as periféricas. (2015)

Eu havia testemunhado alguns desses debates em discussões acaloradas nas mídias sociais.

Mais tarde, durante minha pesquisa de campo, ouvi relatos desses debates em entrevistas e conversas informais com acadêmicos e ativistas. Levei a sério todas as posições com que me deparei, mesmo as mais opostas umas às outras. Sem desmerecer críticos ou criticados, eu me perguntei se esse impasse (que para mim soava um tanto maniqueísta) representava de fato a realidade vivida do ativismo. Em outras palavras: era mesmo o caso que urbanismos de base ignoravam a periferia e os bairros de baixa renda? Ou seria possível que houvesse urbanismo de base nas periferias e bairros pobres, e alguns de nós simplesmente não estávamos cientes das iniciativas, ou (crucialmente) não considerávamos essas iniciativas como urbanismo de base? No passado, o tamanho de São Paulo havia me indisposto a conduzir pesquisas abrangendo a cidade inteira. Agora, no entanto, pensei ser esta a única via para responder a essas questões e testar a validade das críticas aos novos urbanismos. Tomar a cidade toda como campo de estudo possibilitaria fazer justiça à variedade de iniciativas urbanas, e também ajudaria a mapear tendências amplas, temas recorrentes e ausências ou vazios.

### **A cidade como um todo**

Em seu trabalho sobre mutirões autogeridos em São Paulo, Caio Santo Amore propõe um insight metodológico valioso, ao abordar o tema do duplo ponto de vista do telescópio e da lupa, combinando o foco em casos de estudo específicos (micro-

-escala) com o contexto da cidade inteira e das políticas urbanas em geral (macro-escala) (2004). O trabalho de Santo Amore apresenta um argumento convincente para a abordagem de dupla escala, não apenas por oferecer um retrato amplo e balanceado, mas também por considerar os próprios desafios dos movimentos de habitação, que derivam sua força da conexão profunda e micro-escalar com comunidades locais, mas que dependem de apoio político e financeiro de instituições, sistemas e políticas globais, na escala da cidade, estado e país. O insight de Santo Amore também se aplica ao estudo dos urbanismos de base (o que não é surpresa considerando que tanto ativismos urbanos quanto movimentos de habitação coincidem em sua missão de justiça social e em seus métodos de base, de baixo para cima).

A escala telescópica da cidade é necessária para entender onde urbanismos de base acontecem, onde não acontecem, e como acontecem em cada lugar – ou seja, quais as diferenças entre iniciativas ativistas dependendo do contexto territorial e sócio-econômico. A macro-escala também é importante para que o ativismo urbano seja compreendido em relação a um contexto complexo de instituições e políticas públicas e privadas, que por vezes favorecem e por vezes dificultam a ação ativista. A macro-escala permite traçar essas conexões às vezes invisíveis. Um dos achados incidentais de minha pesquisa foi justamente a permeabilidade do formal e do informal, o entrelaçamento entre ativismos de base e setores

oficiais (sejam no campo público ou privado) de formas variadas. A ideia de um urbanismo de base completamente independente e auto-suficiente é uma idealização romântica que não condiz com a realidade da maior parte das iniciativas (o que não significa que não existam exceções e exemplos mais autônomos e insurgentes).

Ao mesmo tempo, a lupa voltada aos estudos de caso é necessária não apenas para dar corpo à diversidade e particularidades de cada iniciativa (que, individualmente, são únicas, e não intercambiáveis), mas também para entender suas nuances e paradoxos – contradições e conflitos próprios a cada iniciativa, e também ao urbanismo de base de forma geral. O close-up nos estudos de caso permite não apenas revelar as contradições, mas também demonstrar que, na maior parte dos casos, essas contradições não comprometem o urbanismo de base de forma decisiva. O close-up evita o maniqueísmo categórico. Quando aprendemos sobre as experiências de vida, dilemas e desafios de sobrevivência dos ativistas, podemos entender suas contradições de um ponto de vista experiencial, em vez de um ponto de vista normativo. Isso não significa varrer para baixo do tapete as limitações, concessões e até mesmo consequências negativas de algumas iniciativas de base – mas essas limitações não invalidam as suas muitas conquistas e contribuições.

A abordagem telescópio-lupa apresenta dificuldades. Por um lado, é preciso lidar com o que

se chama de “Big Data”: dados em grande escala, em sua maior parte quantitativos, por meio de análises estatísticas e bancos de dados produzidos por entidades públicas. Por outro lado, o processo de encontrar e entender estudos de caso específicos acontece passo a passo, manual e individualmente, justamente para cobrir as áreas da cidade que frequentemente ficam de fora das plataformas dominantes de publicações e notícias. E essas duas abordagens têm de ser mediadas, acontecendo em paralelo e informando uma à outra. Conduzir esta pesquisa na condição de acadêmica expatriada, que só pode visitar a cidade uma vez por ano para pesquisas de campo de curto prazo (um mês ou dois de cada vez), é uma condição que me levou para bem longe de qualquer pretensão a uma “amostragem representativa”, ainda mais porque só se poderia determinar tal amostragem se o universo completo (o total de iniciativas de base na cidade) fosse conhecido. Salvo engano meu, não creio haver ainda um recenseamento completo que possa afirmar com segurança o número de exemplos de urbanismo de base na cidade inteira. Em parte, isso é porque o próprio caráter do urbanismo de base – dinâmico, local, em pequena escala, muitas vezes temporário (consistindo em eventos, performances, ações e programas de duração limitada) e também efêmero (frágil, vulnerável, sem pretensões à permanência ou durabilidade) –, combinado aos desafios físicos de uma cidade de 12 milhões de habitantes, torna muito difícil medir e estimar o número total de ini-

ciativas, seja em um determinado momento, seja ao longo de vários anos.

Ainda assim, feitas essas ressalvas, após dois anos de pesquisa de campo e remota, vinte entrevistas realizadas, e um mapa digital em andamento com mais de trezentas iniciativas geolocalizadas<sup>1</sup>, acredito ser possível fazer várias constatações sobre urbanismo de base em São Paulo com um grau considerável de confiança<sup>2</sup>. A primeira constatação, que não irá surpreender os muitos pesquisadores e ativistas que vêm trabalhando nas áreas periféricas e de baixa renda da cidade há décadas, é que os novos urbanismos de base não se limitam às áreas centrais e privilegiadas da cidade (MAZIVIERO E ALMEIDA, 2017; TURRA NETO, 2013; AFFONSO, 2010; SUZUKI E BERDOULAY, 2016; ADERALDO, 2017; MESQUITA, 2008; BORTOLOZZO, 2014; CAFFÉ E HIKIJI, 2009–2013; TRINDADE, 2012, entre muitos outros). Muitas – e, dependendo dos parâmetros, a maior parte – das iniciativas estão localizadas nas periferias da cidade, especialmente (mas não apenas) nas zonas sul e leste. Muitas outras iniciativas ocorrem em áreas centrais, mas de baixa renda; e outras ainda acontecem em bairros privilegiados, mas adotam postura insurgente e crítica, configurando o que o pesquisador Jeff Hou chama de “urbanismo guerrilheiro”. Hou identifica e explora os conceitos de urbanismo guerrilheiro (*guerilla urbanism*) e de espaço público insurgente (*insurgent public space*), práticas que ele distingue dos conceitos mais genéricos

de urbanismo feito à mão, tático ou faça-você-mesmo. Para Hou, urbanismos insurgentes e de guerrilha são intrinsecamente críticos ao status quo, e comprometem-se a transformar o espaço urbano de maneira inclusiva e democrática, diferentemente de ações táticas ou faça-você-mesmo, que não necessariamente assumem postura política ou de crítica social (2010).

A segunda constatação, que decorre da primeira, é que os novos urbanismos de base não podem ser reduzidos a apenas um tipo de iniciativa ou ação. Considerar apenas os festivais, instalações e equipamentos autoconstruídos que figuram no centro das atenções (como o Movimento Parque Augusta, A Batata Precisa de Você e Festival Baixo Centro, entre outros) como emblemáticos do ativismo urbano significa ignorar uma enorme variedade de ações, movimentos e conquistas em outros lugares. As críticas que consideram o urbanismo de base elitista reduzem todo o ativismo a uma amostra pequena, amostra esta que se localiza justamente nas áreas mais ricas da cidade e que representa o trabalho da tal “classe média intelectualizada” (o caráter pejorativo deste termo também precisa ser revisto criticamente, se a intenção é ser democrático e inclusivo). Essas críticas são portanto tautológicas, focando numa amostra tendenciosa que confirma suas premissas. É claro que iniciativas não são perfeitas; análises individuais de várias iniciativas podem demonstrar, de forma convincente, que essas iniciativas acabam por colaborar com processos de

1. Friso que esse saldo é parcial e que a pesquisa ainda está em curso; pretendo realizar mais entrevistas e visitas, além de continuar a expandir o mapa digital.

2. Como maneira de verificar se minha amostra é potencialmente representativa, comparei um mapa da densidade das iniciativas relativa à sua distribuição geográfica com um mapa da densidade populacional da cidade, e os dois mapas coincidem, com maior concentração de iniciativas em áreas de mais alta densidade populacional. Isso sugere, no mínimo, que minha amostra tem o potencial de ser representativa. Meu mapa da densidade de iniciativas foi feito na plataforma ArcGIS.

exclusão social, gentrificação e mercantilização da cidade. Mas isso não implica que o ativismo urbano em geral (como conceito, e como força sociocultural) seja necessariamente suspeito, problemático ou inadequado.

Além disso – o que me leva à terceira constatação – o efeito do ativismo urbano sobre a cidade é maior do que a soma de suas partes. Consideradas como um todo, as constelações de iniciativas – ainda que imperfeitas, variadas e contraditórias – configuram uma força social ampla, força que vem transformando espaços urbanos específicos, influenciando políticas e programas urbanos mais gerais, e mudando expectativas sobre o que a cidade poderia ser. Encontrei indícios desse impacto mais amplo ao conduzir entrevistas com ativistas e urbanistas, ao observar diretamente locais e atividades específicos, e ao estudar políticas urbanas recentes (em especial dos anos 2013 a 2016, na gestão municipal de Fernando Haddad). Descartar uma gama inteira de iniciativas apenas porque são “hipsters” ou “gourmetizadas” significa ignorar o poder dessas iniciativas de abrir portas para a ideia de urbanismo de base; ao conquistar o apreço da mídia convencional, do público e de agências financiadoras, essas iniciativas familiarizam vários setores da sociedade com o urbanismo de base, e plantam sementes que podem levar à aceitação e suporte de outras iniciativas menos “elitizadas”. Ao mesmo tempo, reduzir urbanismo de base apenas a essas iniciativas corresponde a

ignorar muito do que acontece nas periferias e até mesmo no centro.

Finalmente, considerar a cidade como um todo levou-me a ampliar não apenas o escopo geográfico e metodológico do meu trabalho, mas também minhas premissas disciplinares. Olhar para além e para fora do centro (um centro que é tanto simbólico quanto físico) significou encontrar ações e projetos que não se encaixam nas definições tradicionais de “urbano”, “arquitetônico” e “design”. Quando comecei meu projeto, elaborei uma definição provisória do que seria urbanismo de base: qualquer ação ou projeto visceralmente ligado ao espaço urbano (seja a um local específico, ou a um tema ou aspecto do urbanismo) que representasse um esforço de agir sobre ou transformar tal espaço ou aspecto (o que implica que esses projetos não estariam apenas tentando reagir a uma situação ou representar ou expressar tal situação, mas que seriam proativos, antecipando questões e propondo intervenções e mudanças efetivas). Com essa definição, eu esperava encontrar os “suspeitos de costume”: equipamento urbano público autoconstruído, jardins e hortas comunitários, talvez um movimento para a proteção de algum recurso natural. Encontrei esses exemplos, sim, mas encontrei muito mais exemplos de atividades diferentes, que eu não esperava. As atividades que encontrei utilizam a ação cultural como método e objetivo: estúdios musicais comunitários, sessões de cinema gratuitas, saraus de poesia a céu aberto, centros e grupos focados nos

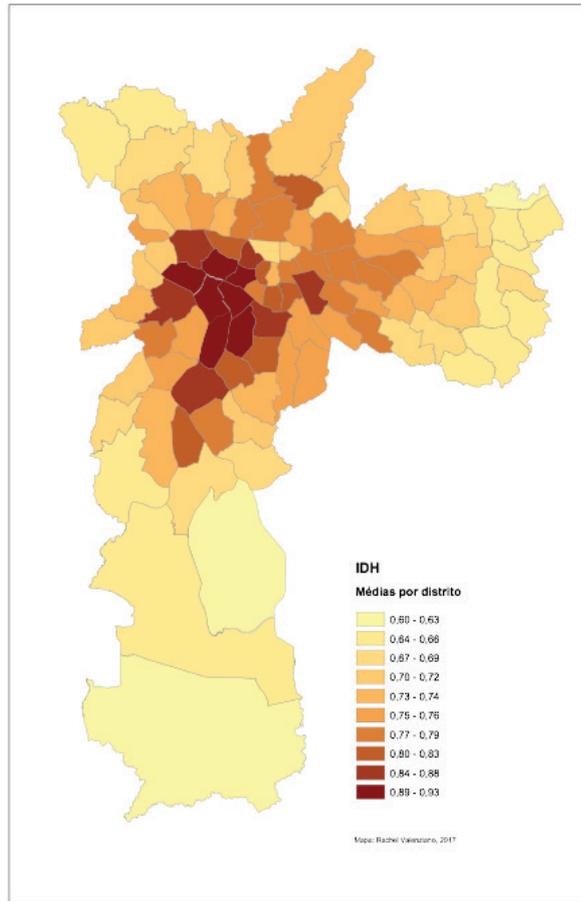


Figura 1: Índice de Desenvolvimento Humano em São Paulo, média por distrito. Mapa realizado por minha assistente de pesquisa, Rachel Valenziano, com base em dados da Prefeitura de São Paulo. Direitos de reprodução: Rachel Valenziano e Daniela Sandler, 2017.

direitos das minorias, plataformas de jornalismo alternativo, cursos e projetos de moda, grafite e skate, entre muitos outros. Todos se enquadravam na minha definição inicial de “urbanismo de base”: profundamente arraigados em seus locais e comunidades, focados em espaços urbanos específicos e em temas urbanísticos, e empenhados em transformar tais espaços e temas (empenho que, na maior parte das vezes, vem surtindo resultados incontestáveis em termos de participação social, melhorias físicas e oportunidades culturais e econômicas). E ao mesmo tempo esses exemplos não eram nada do que eu tinha em mente. Encontrei-me diante da força plena da “dimensão territorial da cultura”.

Tive momentos de dúvida: mas será isso urbanismo? Será que a literatura estabelecida e meus pares acadêmicos ou profissionais vão concordar? Eu poderia ter mudado minha definição inicial, reduzindo o foco para excluir esses exemplos inesperados que punham em xeque minhas premissas mais básicas sobre minha disciplina e sobre o significado do “urbanismo”. Ou eu poderia ter deixado o “urbanismo” de lado para fazer um trabalho sócio-cultural e semiológico sobre o “urbano”, conceito mais geral cuja conexão com a cultura talvez seja mais evidente. Mas, diante do impacto espacial e urbanístico dessas iniciativas em suas comunidades, e diante da eloquência com a qual os ativistas discorrem sobre temas de planejamento, infraestrutura, projeto, ambiente construído e recursos naturais, eu considerei

mais apropriado (e mais justo à realidade) rever minhas premissas e assunções apriorísticas. Não é a categoria de “urbanismo de base” que precisa ser revista; é o conceito de “urbanismo” que deve ser ampliado para além de epistemologias tecnocráticas ou positivistas.

### A Periferia Invisível

A Associação de Arte e Cultura Periferia Invisível é emblemática desse ativismo urbanístico-cultural. A Associação surgiu em 2009 da convergência de moradores e artistas na Vila Sílvia, na zona leste, perto do limite com Guarulhos e em meio aos bairros do Itaim Paulista, Itaquera e Vila Guilherme (SOARES, 2016; PERIFERIA INVISÍVEL, 2016). Essas áreas, como a maior parte das periferias paulistanas, têm os menores índices de desenvolvimento humano da cidade (Figura 1).

A Associação se define como uma organização dedicada à arte e cultura. Sua apresentação oficial não faz menção a pretensões explícitas ao papel de agente urbanístico. No entanto, em suas atividades e objetivos, a Associação cumpre esse papel, criando espaços públicos para reuniões formais e informais, programas educacionais e de arte para a comunidade local, discussões e debates sobre temas de planejamento, e conexões entre as zonas leste e sul da cidade. O próprio nome da Associação indica a consciência aguda de seus membros sobre problemas locais e sistêmicos da cidade. O nome reconhece a in-

visibilidade da periferia – o fato de que a periferia é ignorada pelas mídias oficiais (com exceção de notícias alarmistas sobre chacinas, gangues, drogas e outros crimes), por imaginários sociais dominantes (de novo, com exceção de estereótipos alarmistas e preconceituosos), e por agentes públicos e privados de investimento. Com duas palavras – Periferia Invisível – o nome aponta ao mesmo tempo para os desafios locais e específicos dos bairros periféricos, e para o contexto mais amplo que gera esses desafios: a subordinação histórica, geográfica, política e econômica das periferias à cidade como um todo e aos bairros centrais de classes média e alta em particular.

Por quase uma década, a Associação vem conduzindo uma série regular de atividades sociais, artísticas e culturais em sua sede (ocupam agora uma segunda sede, tendo mudado de endereço em 2013) e também em espaços da vizinhança, tanto abertos (como praças e ruas) como fechados (salas de eventos em paróquias, por exemplo). Embora muitas das atividades ocorram nesses espaços fechados, como sessões de cinema, oficinas e debates, as atividades são todas públicas e gratuitas, abertas à comunidade local e a pessoas vindas de outros bairros. Muitas dessas atividades são explicitamente focadas em temas urbanísticos e na condição política e sócio-econômica da periferia (SOARES, 2016).

A Associação cultiva sua vocação para a arte e cultura como maneira de preencher um vazio, a

falta de estabelecimentos e programação cultural na zona leste. A Associação supre essa necessidade com um espírito idealista e coletivista de prover um bem público à comunidade (diferentemente de um raciocínio mercadológico de explorar um nicho comercial ignorado). Todas as atividades são baseadas nas convicções críticas e conceituais dos membros da associação, que partilham de uma consciência profunda sobre as complexidades das periferias paulistanas: seus desafios espaciais e infraestruturais; seu papel em um sistema mais abrangente de desenvolvimento desigual; e sua riqueza sociocultural, representada tanto numa história de movimentos sociais e políticos desde os anos 60, como pelo florescimento de uma produção cultural e de uma crítica sócio-urbana desde os anos 80.

Gustavo Soares, um membro da Associação que entrevistei em agosto de 2016, começou nossa conversa com uma narrativa contagiante sobre a história dos movimentos literários da zona sul de São Paulo. Ele abordou a ligação desses movimentos com a cultura hip-hop, e seu papel na formação de uma consciência crítica nos moradores das periferias – começando com a zona sul e depois se espalhando para as zonas leste e norte. A eloquência de Soares talvez devesse muito a sua formação acadêmica (estava fazendo mestrado em comunicações, e havia dedicado muito tempo ao estudo da história cultural das periferias), mas ao mesmo tempo também revelou seu sentimento de pertencer a um universo

sócio-cultural que define uma geração e conecta áreas distantes da cidade por meio de experiências comuns. Esse sentimento de pertencimento geográfico-cultural, por assim dizer, também foi palpável em outras entrevistas que realizei com ativistas das zonas leste e sul, mesmo quando esses ativistas tinham menos vínculos acadêmicos do que Soares (MARINO, 2016; CARRIL, 2006; TENNINA, 2017; HOLSTON, 2008; MOASAB, 2011; KOWARICK E FRÚGOLI, 2016; VAZ, 2015, entre outros).

A periferia como um todo é um espaço simbólico de identidade e conexão social, parte de um imaginário social; ela é definida tanto por seus valores e práticas comuns (um gosto por música de protesto e pela cultura punk, saraus literários, rap, grafite) quanto por seus problemas. Tal espaço simbólico transcende os perrengues geográficos da cidade – as distâncias enormes entre zonas e regiões diferentes, a falta de transporte público seguro e eficiente, os quilômetros de trânsito separando as periferias sul, norte, leste e oeste – e configura, no imaginário, um espaço unificado: a periferia como conceito e universo social. Essa transcendência e esse sentimento de pertencimento são representados em eventos ao nível da cidade inteira, como o Festival Estéticas das Periferias.

Após apresentar sua reflexão ponderada e embasada sobre o arco histórico das periferias, e o papel da cultura e da literatura como chaves para

a emancipação socioeconômica e o pensamento crítico, Soares discorreu sobre os desafios práticos de sua organização. A Associação depende de financiamento público na forma de editais e programas de apoio à cultura, como o Redes e Ruas. A maioria dos membros da Associação têm outros empregos em tempo integral, e dedicam tempo e energia à Associação de forma voluntária, além de suas outras ocupações e obrigações profissionais. A sede da Associação foi doada por um parente de um dos membros, e o grupo estava reformando o espaço gradualmente com as próprias mãos (quando visitei, dois membros estavam ocupados trabalhando no salão que abre para a rua). Ingenuamente, perguntei se eles faziam financiamentos coletivos por rede social, e Soares, com muita paciência, explicou que os cidadãos de sua comunidade não têm renda suficiente para fazer doações, mesmo que quisessem. A Associação, então, busca maneiras de se sustentar financeiramente a longo prazo, sem depender de financiamentos públicos, que são de duração limitada e dependem de tendências políticas que nem sempre são favoráveis.

Soares explicou que estavam apostando no estúdio de gravação musical, um espaço minuciosamente construído nos fundos da casa, pequeno mas impecável, com equipamento de gravação e isolamento acústico. Ele disse que o estúdio serve duas funções diferentes. Pode ser alugado para artistas periféricos, a um custo muito mais baixo do que estúdios comerciais; e também pode ser

usado para gravar o trabalho de uma série de artistas que a Associação selecionou para produzir e promover. Esses artistas vieram todos de áreas periféricas, e fazem música de caráter independente e não-comercial. A ideia da Associação é promover esses músicos por meio de gravações, vídeos e shows. Soares relatou que assim a Associação esperava ter uma fonte de renda, e ao mesmo tempo apoiar e disseminar a produção cultural das periferias paulistanas. A renda ajudaria a manter a Associação e suas atividades de cunho público (a maioria das quais é gratuita).

Esse entrelaçamento de idealismo e pragmatismo representa uma tática de sobrevivência que está mais interessada em fazer acontecer do que em manter uma pureza ideológica. Não havia conflito entre o discurso comunitário e cooperativo da Associação e seu empreendimento musical – não apenas porque um financia o outro, mas também porque (como Soares ressaltou) o “empreendimento” não tem nada a ver com o comercialismo sedento de lucros do mercado de música popular. O empreendimento musical é uma tentativa de construir uma economia alternativa, que intersecciona a economia dominante apenas o suficiente para manter-se viável.

### **A dimensão territorial da cultura**

Ainda assim, o leitor pode perguntar: não seriam todas essas atividades apenas a boa e velha programação cultural? À primeira vista, podem pa-

recer que são. Mas o que defendo, aqui, é que essas atividades são, ao mesmo tempo, urbanismo. Neste ponto, uma definição operativa de urbanismo talvez seja útil – uma definição provisória, baseada em premissas dominantes na academia e na profissão. Há muitas dessas definições; aqui utilizo uma delas, uma explicação sucinta proposta pelo arquiteto, urbanista e professor de Harvard Charles Waldheim, que define urbanismo como um termo que “refere-se reflexivamente tanto à descrição empírica e ao estudo das condições e características da urbanização, como à capacidade disciplinar e profissional de intervir nessas condições” (2016, p. 2).

A definição proposta por Waldheim é útil por indicar que urbanismo consiste tanto no conhecimento e análise das condições urbanas (estudo) quanto na ação sobre e transformação dessas condições (prática). Waldheim planta a definição firmemente na “capacidade disciplinar e profissional”, alinhando-se à conotação dominante do termo como pertencente a uma classe de especialistas sancionados oficialmente (o discurso competente de Chauí). Waldheim também ressalta o design como elemento que diferencia o urbanismo (ação e transformação) da urbanização (processos sócio-econômicos, políticos e espaciais). O foco no design é notável porque ele também reitera ideias dominantes ou convencionais sobre o que é urbanismo e quais são seus métodos e ferramentas: desenhos, plantas, mapas, a prancheta, o computador, a cartografia, a

análise geoespacial, planilhas, gráficos, tabelas e cálculos estatísticos.

Mas a urbanização não engloba apenas processos físicos ou quantificáveis. Também inclui as relações humanas que formam o espaço urbano em primeiro lugar, e que são por ele afetadas; ações, valores, hábitos e imaginários sociais; representações, significados e suposições culturais que influenciam a maneira pela qual as pessoas ocupam e navegam pelas cidades. Isso não é novidade para a teoria urbanística e para a prática do planejamento – essa visão do urbanismo, animada por um entendimento da dimensão sócio-cultural do espaço, está presente em um vasto horizonte de trabalhos historiográficos, teóricos e práticos, indo de Henri Lefebvre e sua teoria da produção social do espaço nos anos 70 (1974), passando por críticas ao planejamento tecnocrático modernista ou neoliberal (JACOBS, 1961; BRENNER, 2017; JAYNE E WARD, 2017), e chegando a estruturas contemporâneas de governo que contemplam a arte, cultura, educação e lazer como elementos essenciais do planejamento. A décima edição da Bienal de Arquitetura de São Paulo, em 2013, curada por Guilherme Wisnik, Ana Luiza Nobre e Ligia Nobre, sintetizou esta abordagem em sua visão da cidade como universo definido tanto pelo fazer como pelos “modos de usar” (WISNIK, 2016; ANELLI, 2013)<sup>3</sup>. Podemos agora comparar as atividades da Periferia Invisível com a definição de urbanismo mencionada acima – urbanismo

como o estudo de, e intervenção em, ambientes urbanos produzidos socialmente.

As atividades da Periferia Invisível incluem ações, reflexões e planos coordenados para compreender condições urbanas, e para melhorar essas condições. Os debates, oficinas, shows e programação de arte obedecem à motivação principal da Associação, que é focar em seu contexto urbano em várias escalas: o logradouro, o bairro (Vila Sílvia) e a região (zona leste). A programação da Associação conecta esses lugares específicos ao contexto mais geral das periferias paulistanas, distantes geograficamente mas próximas umas às outras em termos de características espaciais, políticas, históricas e sócio-econômicas. Assim, a Periferia Invisível liga o concreto (a vizinhança) ao conceitual (a periferia). Afinal, as periferias da cidade não são apenas áreas geográficas; são o produto sócio-econômico de processos urbanos complexos. Assim como o subúrbio norte-americano é uma categoria crítica que permite entender o modelo de urbanização dos Estados Unidos, a periferia brasileira também funciona como conceito e tipologia que iluminam a formação das cidades do Brasil. Essa formação, como sabemos, decorre da maneira precária pela qual a industrialização, o crescimento demográfico e a migração urbana aconteceram na segunda metade do século vinte no país. A Periferia Invisível, em seu próprio nome, leva-nos a pensar nessa condição e nos desafios estruturais da cidade. Ao mesmo tempo, o nome Periferia Invisível in-

3. O título da Bienal era “A Cidade: Modos de Fazer, Modos de Usar”. Os agentes que fazem e que usam a cidade podem ser tanto formais como informais. A Bienal ajudou a legitimar os agentes informais (ativistas, ou simplesmente cidadãos em suas vidas cotidianas) ao exibir seus trabalhos ao lado da obra formal e oficial de arquitetos e urbanistas.

siste em nos manter firmemente ancorados nas experiências de vida dos moradores periféricos.

A Periferia Invisível organiza eventos e conversas (em espaços físicos ou virtuais, em tempo real ou assíncronos) que conectam grupos e indivíduos que lidam com temas parecidos em outros bairros periféricos da cidade. Até mesmo o empreendimento musical contribui com essa conectividade. Por exemplo, a cantora Camila Brasil, que no passado colaborou com a Periferia Invisível, vem de M'Boi Mirim, na zona sul. Soares foi me contando como Brasil atravessava a cidade por horas, usando transporte público, para chegar ao estúdio de gravação. Imaginei Brasil circulando pela cidade, levando consigo o projeto cultural de sua música e da Periferia Invisível para lá e para cá, ligando a cidade com seu corpo, seu olhar e sua produção artística. Ela é uma entre muitos outros artistas, escritores, agentes culturais e cidadãos interessados, provindos de perto e de longe, que colaboram ou colaboraram com a Periferia Invisível. A Associação apoia e cultiva relações multilaterais entre residentes e bairros periféricos, ajudando a formar uma rede que abarca mais pessoas e mais lugares do que uma iniciativa isolada poderia conseguir.

Essa conectividade também cria um sistema – de diálogo, colaboração e ação conjunta. O sistema vai além de cada projeto individual; implica (e gera) linhas de comunicação, processos para coordenar ações, e mecanismos para comparti-

lhar recursos. De acordo com Leonardo Benevolo, é justamente o surgimento de um sistema (ou de uma abordagem sistêmica) ligando uma série de órgãos, agentes e especialidades diversos que deu origem ao que ele chama de “urbanística moderna” no século dezenove (1963). Para Benevolo, o urbanismo, desde o princípio – e diferentemente de outras formas de ação e organização territorial – foi definido pela conexão e coordenação de uma rede de agências e campos do conhecimento, muitos dos quais (na época) pareciam ter pouco ou nada a ver com planejamento (como medicina e a teoria dos germes).

Mas a natureza sistêmica dos urbanismos de base periféricos é ao mesmo tempo muito diferente da urbanística moderna. Enquanto esta pressupõe uma estrutura centralizada de governo, aqueles operam por meio de uma conectividade horizontal, em múltiplas direções e sem um claro “centro de comando”. A Periferia Invisível é apenas um entre centenas de projetos, iniciativas, grupos, centros e associações, de variados tamanhos e características: centros culturais, grupos focados em inclusão de gênero e raça, saraus literários, projetos de permacultura, oficinas de grafite, escolas de skate, entre muitos outros. Isso não significa que cada projeto tenha o mesmo escopo ou impacto. Alguns são efêmeros, localizados e atingem um número pequeno de pessoas; outros são longevos e ganham notoriedade na cidade inteira. Às vezes os projetos se unem e juntam forças, e às vezes agem de ma-

neira individual, paralela, fragmentada e dispersa. Quando consideramos todos esses projetos juntos, eles formam um sistema, mas um sistema muito diferente dos sistemas do planejamento urbano oficial. O sistema dos urbanismos de base é, por natureza, informal, dinâmico e de certa maneira frágil – mas é um sistema mesmo assim.

Por fim, a Periferia Invisível transforma o espaço urbano de maneira concreta. Seus eventos (cursos, oficinas, discussões, assembleias, sessões de cinema, shows) são pontos de encontro para moradores locais e pessoas de outros bairros. Alguns ocorrem em praça pública, outros em espaços fechados, mas isso não faz diferença: todos os eventos são inclusivos, abertos a um público diverso, acessíveis e acolhedores. Esses eventos ativam e cultivam uma esfera pública: um campo de diálogo, encontro, conversa, proximidade física e cultural, e até mesmo conflito, pois tal proximidade não requer harmonia e consenso o tempo inteiro.

Aqui desenho um argumento paralelo ao de Rosalyn Deutsche em sua discussão sobre arte pública. Para Deutsche, a localização de uma obra de arte em espaço urbano aberto, como uma rua ou praça, não garante automaticamente que tal obra irá repercutir com um público (ou vários públicos) de forma substantiva (1996, p. 59). James Young sugere algo parecido ao observar que monumentos, quando não provocam reflexão ou quando são ignorados pelas pessoas, podem ser considerados apenas como meras pedras na pai-

sagem (1993, p. 2). Tanto Deutsche como Young defendem que monumentos e obras de arte tornam-se significativos quando geram debate e reflexão; quando as pessoas (em grupos ou individualmente) prestam atenção, emocionam-se, ficam comovidas ou com raiva, produzem novas memórias, decidem tomar iniciativas e agir, ou simplesmente abrem a mente a novas ideias em razão de seu encontro com essas obras.

Esse argumento pode ser estendido ao espaço urbano. Se ruas e praças estão vazias e subutilizadas (por qualquer que seja o motivo), não configuram espaços públicos plenos. Podem ser acessíveis publicamente, mas não sustentam uma esfera pública. Ao mesmo tempo, espaços fechados (pertencentes ao governo, ou a ONGs, ou mesmo a instituições ou indivíduos privados) podem se tornar locais de encontros públicos, debates e ações; podem fomentar reflexões, novos significados e ideias, a união de forças convergentes ou o debate entre opiniões divergentes.

A Periferia Invisível oferece espaços reais e virtuais para grupos e indivíduos diversos, gerando uma esfera pública dinâmica, que está sempre em andamento, renovada a cada evento, comentário de blog ou conversa. A Periferia Invisível supre a necessidade de espaços de encontro num bairro que sofre com a falta de programação e infraestrutura cultural e de lazer, uma área que carece de parques, playgrounds, equipamentos e mobiliário urbano e até mesmo manutenção bá-

sica de calçadas e pavimentos. Mas é importante notar que a Periferia Invisível não tenta resolver essas carências de acordo com convenções dominantes de planejamento e desenho urbano – convenções que arquitetos e urbanistas podem imaginar facilmente, na forma de projetos, objetos, paisagens desenhadas e controladas, edifícios, estruturas e planos. Quem for esperando algo assim (mesmo que espere apenas um projeto “design-build” em pequena escala) vai se decepcionar. Pois a Periferia Invisível transforma e produz espaços públicos de maneira gradual e quase imperceptível àqueles que procuram sinais físicos monumentais. Como a própria Associação sabe, seu trabalho, para muitas pessoas, é, numa palavra, invisível. Mas é preciso que deixemos de lado nosso olhar treinado de “experts” do ambiente construído; é preciso que afastemos nossas expectativas de espaços e formas marcantes, permanentes, monumentais e bem acabados para que possamos enxergar a presença urbana da Periferia Invisível. Sua presença começa pela fachada, com o grafite colorido sobre a porta metálica de enrolar que separa a rua da pequena casa de alvenaria autoconstruída. Do outro lado da rua, a calçada é ladeada por um muro também coberto em grafite, com poemas e imagens que ecoam e respondem ao portão multicolorido, estendendo a conversa e as ideias da Associação pelo arcabouço urbano e criando um marco visual que vai além da pequena fachada.

Se um arquiteto, paisagista ou urbanista criasse

uma praça perfeitamente concebida e construída, com equipamento e materiais de primeira qualidade – ou seja, um sucesso de design – mas ninguém viesse usar o espaço, não iríamos considerar a praça um fracasso? Numa cidade ideal, claro, gostaríamos de ter ambos: design da mais alta qualidade com intenso uso social. Mas na cidade real e imperfeita que é São Paulo, realizar ao menos o “intenso uso social” já é uma conquista considerável. As periferias da cidade, historicamente, eram associadas à falta de vida urbana; tidas como bairros-dormitório, sem infraestrutura, empregos, escolas, hospitais, lazer ou comércio suficientes; com seus espaços abertos tomados por precariedade física, violência urbana, altas taxas de mortalidade e repressão policial de fundo racista. Os moradores das periferias deslocam-se todos os dias até as áreas mais ricas e centrais da cidade, para trabalhar, ir ao médico, fazer compras, ter acesso a serviços públicos e privados; mas, embora seus corpos conectem a cidade num sistema circulatório de idas-e-voltas, as periferias são profundamente segregadas do resto da cidade, física e simbolicamente.

Mas agora, quando olhamos para sua efervescência cultural – em associações e iniciativas como São Mateus em Movimento, Sarau do Binho, Pretas Peri, Permaperifa, Sarau Cooperativa, Agência Solano Trindade, Casa Ecoativa, Bloco do Beco, Cine Favela, entre centenas de outros exemplos – podemos enxergar as periferias como fontes de arte, cultura e sociabilidade;



Ampliar nossas premissas dominantes sobre o que constitui um “corpo de conhecimento” válido não significa descartar o saber oficial, ou princípios dominantes de especialização técnica, científica e organizacional. E também não significa absorver toda a nova abordagem que aparece numa mistura indistinta.

O que significa, então, ampliar nossas premissas diante de saberes alternativos, sem jogar o bebê fora junto com a água do banho? Significa uma nova epistemologia, que incorpore vozes diversas de forma democrática e sem hierarquia entre especialistas e comunidades, por meio de diálogos, cooperação e negociação – um processo que não tem horizonte final, e que deve comportar não apenas acertos e concordâncias, mas também conflitos e erros. Para chegar lá, primeiro precisamos repensar o que significa e a quem serve (para voltar às palavras de Waldheim) a “capacidade disciplinar e profissional” na teoria e na prática do urbanismo.

#### Referências:

AFFONSO, Elenira Arakilian. **Teia de relações da ocupação do edifício Prestes Maia**. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ANELLI, Renato. X Bienal de Arquitetura de São Paulo: Quando o meio é a mensagem. **Drops**,

n. 074.09, Vitruvius, 2013, <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.074/4967>. Acesso em: 28 out. 2018.

ADERALDO, Guilherme. Territórios, mobilidades e estéticas insurgentes. Refletindo sobre práticas e representações coletivas de realizadores visuais nas metrópoles contemporâneas. **Cadernos de Arte e Antropologia**, vol. 6, n. 2, pp. 31–48, 2017.

BENEVOLO, Leonardo. **Le origini dell'urbanistica moderna**. Roma: Laterza, 1963.

BORTOLOZZO, Gabriela. **Espacialidade e ativismo social na zona leste de São Paulo**: o caso do Coletivo Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Artes. Tese (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 2014.

BRENNER, Neil. **Critique of Urbanization: Selected Essays**. Basel: Birkhäuser, 2017.

BURATTO, Maria Gianini. Considerações acerca dos interstícios entre arte e ativismo. **Ponto Urbe** n. 18, 2016, <http://pontourbe.revues.org/2989>. Acesso em: 28 out. 2018.

CAFFÉ, Carolina Caffé e HIKIJI, Rose Satiko Gtirana. Lá do Leste: Uma etnografia audiovisual compartilhada. Projeto multimídia, 2009–2013, <http://www.usp.br/ladoleste/sobre.html>. Acesso em: 28 out. 2018

- CALDEIRA, Teresa. Social Movements, Cultural Production, and Protests: São Paulo's Shifting Political Landscape. **Current Anthropology**, vol. 56, suplemento 11, pp S126–S136, 2015.
- CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia: A longa busca da cidadania São Paulo**: Annablume, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Editora Contemporânea, 1981.
- DEUTSCHE, Rosalyn. **Evictions**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996.
- ESCOLA DE ATIVISMO. Ativismo no Contexto Urbano: Diagnóstico para Atuação nas Cidades. **Escola de Ativismo**, Materiais, Ativismo no Contexto Urbano, 2014, [https://escoladeativismo.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Diagnostico\\_AtivismoNoContextoUrbano\\_EscoladeAtivismo.pdf](https://escoladeativismo.org.br/wp-content/uploads/2015/03/Diagnostico_AtivismoNoContextoUrbano_EscoladeAtivismo.pdf). Acesso em: 28 out. 2018.
- FRIENDLY, Abigail. Urban Policy, Social Movements, and the Right to the City in Brazil. **Latin American Perspectives**, vol. 44, n. 2, pp. 132–48, 2017.
- HOLSTON, James. “Come to the Street!”: Urban Protest, Brazil 2013. **Anthropological Quarterly**, vol. 87, n. 3, pp. 887–900, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- HOU, Jeff. **Insurgent Public Space: Guerilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities**. Londres e Nova York: Routledge, 2010.
- JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**. New York: Random House, 1961.
- JAYNE, MARK e WARD, Kevin. **Urban Theory: New Critical Perspectives**. Abingdon: Routledge, 2017.
- KOWARICK, Lúcio e FRÚGOLI JR., Heitor. **Pluralidade urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- MARINO, Aluizio. **Insurgências: Arte, tecnologia e território**. São Paulo: Centro Cultural São Mateus em Movimento, 2016.
- MAZIVIERO, Carolina e ALMEIDA, Eneida de. Urbanismo insurgente: ações recentes de coletivos urbanos ressignificando o espaço público na cidade de São Paulo. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 22 a 26 de maio de 2017, São Paulo. Disponível em: [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Te](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Te)

maticas/ST%206/ST%206.1/ST%206.1-04.pdf.

Acesso em: 28 out. 2018.

MESQUITA, André Luiz. **Insurgências poéticas:** Arte ativista e ação coletiva (1990–2000). Tese (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOASSAB, Andréia. **Brasil periferia(s):** A comunicação insurgente do hip-hop. São Paulo: EDUC, 2011.

NIEUWENHUIS, Marijn e CROUCH, David (eds.). **The Question of Space:** Interrogating the Spatial Turn between Disciplines. Londres e Nova York: Rowman & Littlefield, 2017.

PERIFERIA INVISÍVEL. Sobre. **Periferia Invisível.** 2016. <https://www.periferiainvisivel.com.br/sobre/>. Acesso em: 28 out. 2018.

ROLNIK, Raquel. Lei de Fomento à Periferia de SP inova ao reconhecer a dimensão territorial da cultura. **Blog da Raquel Rolnik**, São Paulo, 4 de agosto de 2016, <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/08/04/lei-de-fomento-a-periferia-de-sp-inova-ao-reconhecer-a-dimensao-territorial-da-cultura/>. Acesso em: 28 out. 2018.

SANDLER, Daniela. Place and Process: Culture, Urban Planning, and Social Exclusion in São Paulo. **Social Identities**, vol. 13, n. 4, pp. 471–493, 2007.

SANTO AMORE DE CARVALHO, Caio. **Lupa e telescópio:** O mutirão em foco. São Paulo, Anos 90 e Atualidade. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: Encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, vol. 27, no. 71, pp. 417–29, 2014.

SOARES, Gustavo. Entrevista I [ago. 2016]. Entrevistadora: Daniela Sandler. 1 arquivo mp3 (90 min.).

SUZUKI, Júlio César e BERDOULAY. Agricultura urbana entre necessidade e utopia: Experiências paulistanas. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2 a 7 de maio de 2016. Disponível em: [http://www.ub.edu/geocrit/xiv\\_suzuki.pdf](http://www.ub.edu/geocrit/xiv_suzuki.pdf). Acesso em: 28 out. 2018.

TENNINA, Lucía. **Cuidado com os poetas!** Literatura e periferia na cidade de São Paulo. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

TRINDADE, Agência Popular Solano. Mapa Cultural da Quebrada, 2012. Não mais disponível online.

TURRA NETO, Nécio. Movimento hip-hop do mundo ao lugar: difusão e territorialização. **Revista de Geografia**, vol. 1, n. especial, pp. 1–11, 2013.

VAZ, Sérgio. **Literatura, pão e poesia.** São Pau-

Io: Global, 2015.

YOUNG, James. **The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning.** New Haven: Yale University Press, 1993.

WALDHEIM, Charles. **Landscape as Urbanism: A General Theory.** Princeton: Princeton University Press, 2016.

WARF, Barney e ARIAS, Santa (eds.). **The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives.** Abingdon: Routledge, 2009.

WISNIK, Guilherme. O ativismo urbano e o valor de uso do espaço público. **Folha de São Paulo**, 15 de novembro de 2015, <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705535-o-ativismo-urbano-e-o-valor-de-uso-do-espaco-publico.shtml>. Acesso em: 28 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Entrevista II [ago. 2016]. Entrevistadora: Daniela Sandler. 1 arquivo mp3 (60 min.).

